



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colégio de Pedagogia  
Vitória da Conquista

## ENTRE O CORPO E A PALAVRA: a educação como caminho de inclusão para mulheres em situação de prostituição.

FILIPE ALMEIDA CIRQUEIRA<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL/UFMS

### Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o papel da educação como ferramenta de inclusão social, reconhecimento e resistência para mulheres em situação de prostituição. Partindo da compreensão de que essas mulheres vivenciam processos históricos de marginalização, exclusão escolar e estigmatização, busca-se analisar como a educação, especialmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da educação popular pode atuar na reconstrução de trajetórias interrompidas pela desigualdade e pelo preconceito. O estudo considera o corpo e a palavra como dimensões simbólicas e concretas de saberes e vivências, reconhecendo que essas mulheres produzem conhecimentos que desafiam os limites tradicionais da escola. A abordagem metodológica é qualitativa, com base em revisão bibliográfica e relatos de experiências educativas voltadas a esse público. Ao dar visibilidade a essas vozes silenciadas, pretende-se contribuir para o debate sobre práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a escuta, a autonomia e o direito à educação. Assim, o presente trabalho se insere nas discussões interdisciplinares sobre gênero, exclusão social e políticas públicas, reafirmando a educação como um caminho de emancipação e reconhecimento para sujeitos historicamente invisibilizados.

**Palavras-chave:** Gênero. Estigma social. Educação popular.

### Introdução

A educação constitui-se como um direito universal, essencial para o desenvolvimento humano, social e cultural. Todavia, o acesso e a permanência na escola são direitos ainda negados a diversos grupos sociais, sobretudo aqueles que sofreram historicamente exclusão e marginalização. Entre esses grupos, destacam-se as mulheres em situação de prostituição, que enfrentam um conjunto complexo de vulnerabilidades, entre elas o estigma social, a violência e a invisibilidade institucional (Gonçalves; Silva, 2022).

A trajetória dessas mulheres no sistema educacional é marcada por múltiplas barreiras, desde a dificuldade de acesso até a evasão decorrente do preconceito, da discriminação e da falta de políticas públicas inclusivas específicas. O estigma relacionado à prostituição contribui para uma exclusão escolar que não pode ser compreendida isoladamente, mas a partir de uma perspectiva interseccional, que considere gênero, raça, classe e território (Santos, 2023). Essa abordagem é fundamental para a construção de práticas educativas que realmente promovam a inclusão e o reconhecimento social.

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da educação popular, emergem

<sup>1</sup> Discente do 4º semestre do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

espaços significativos para o exercício da cidadania e da ressignificação das trajetórias de mulheres em situação de prostituição. Tais espaços valorizam saberes produzidos na experiência corporal e nas práticas sociais, contrapondo-se a um modelo tradicional e excludente de educação (Martins; Almeida, 2021). É neste contexto que o corpo e a palavra se apresentam como elementos chave: o corpo como repositório de vivências e resistência, e a palavra como meio para narrar histórias, reivindicar direitos e construir identidade (Ferreira et al., 2024).

Paulo Freire (1996) reforça a importância de uma educação que parta da realidade concreta do educando, promovendo a participação ativa e o diálogo crítico. Bell hooks (2013), por sua vez, ressalta a necessidade de um ensino que reconheça e valorize os corpos marginalizados, construindo espaços seguros de aprendizagem e escuta. Essas perspectivas teóricas sustentam a ideia de que a educação pode ser uma poderosa ferramenta de resistência e transformação social para mulheres que, até então, foram excluídas ou silenciadas.

É necessário também refletir sobre a atuação das políticas públicas e dos projetos sociais que buscam enfrentar a exclusão educacional dessas mulheres. A criação de ambientes educativos acolhedores e a formação de profissionais sensibilizados para lidar com as especificidades do grupo são estratégias fundamentais para a efetivação da inclusão (Santos, 2023; Oliveira; Ramos, 2022). Além disso, a articulação entre educação formal e não formal, através de organizações da sociedade civil, tem se mostrado eficiente na promoção do protagonismo feminino e na construção de redes de apoio.

Por fim, o presente trabalho visa contribuir para o avanço do debate acadêmico e social sobre a educação inclusiva, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a interseccionalidade, promovam o reconhecimento dos saberes corporais e favoreçam a reexistência das mulheres em situação de prostituição. Através de uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica interdisciplinar, espera-se oferecer subsídios para a formulação de políticas educacionais mais justas e efetivas.

## **Entre o corpo e a palavra**

Pensar a educação inclusiva para mulheres em situação de prostituição exige, antes de tudo, compreender a complexidade que envolve seus corpos, suas trajetórias e os espaços que lhes foram historicamente negados. Trata-se de um grupo marcado por múltiplas vulnerabilidades sociais, cujas experiências são atravessadas por estigmas, violências simbólicas e institucionais, além da marginalização persistente por parte das políticas públicas e da



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

sociedade em geral (Silva; Moura, 2023). Essas mulheres frequentemente vivenciam a exclusão não apenas nos sistemas de saúde e justiça, mas, de maneira ainda mais silenciosa, no campo educacional.

A ausência de políticas educacionais voltadas às especificidades dessas mulheres reflete uma concepção limitada de inclusão, que não contempla os sujeitos em sua totalidade. É nesse contexto que a escola, como espaço de formação crítica, deve ser desafiada a se reconstruir como ambiente de escuta, acolhimento e transformação. Freire (1996) já afirmava que toda prática educativa é um ato político e que a libertação dos oprimidos passa necessariamente pela valorização de sua história e de sua capacidade de leitura do mundo. A educação, nesse sentido, não se restringe à alfabetização, mas envolve um processo profundo de ressignificação de si e do mundo.

No caso das mulheres em situação de prostituição, esse processo demanda o reconhecimento dos saberes corporais como legítimos, visto que seus corpos carregam experiências, dores e resistências. É preciso compreender que há uma epistemologia do corpo, conforme apontam Ferreira et al. (2024), que desafia a lógica do conhecimento formal e propõe outras formas de aprender e ensinar. Incorporar essas perspectivas no ambiente escolar requer uma ruptura com modelos pedagógicos normativos e moralistas.

O desafio é construir práticas pedagógicas que considerem as experiências dessas mulheres como ponto de partida, utilizando metodologias que valorizem a escuta ativa, o diálogo e o acolhimento. Não se trata de romantizar a prostituição, mas de reconhecer que a realidade dessas mulheres é atravessada por questões sociais e estruturais que não podem ser ignoradas. A educação deve ser pensada como um espaço de reexistência, no qual essas mulheres possam narrar suas histórias, reconstruir suas subjetividades e acessar novos horizontes de vida (Gonçalves; Nascimento, 2022).

A interseccionalidade, conceito trabalhado por autoras como Crenshaw (2002), é fundamental para analisar como raça, classe, gênero e território impactam a vivência educacional dessas mulheres. Muitas delas são negras, periféricas e migrantes, o que intensifica a exclusão e dificulta o acesso a políticas públicas efetivas. Reconhecer essa sobreposição de opressões é essencial para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e humanizadas.

É também imprescindível investir na formação docente para que os educadores estejam aptos a acolher essas mulheres em suas particularidades, evitando julgamentos e preconceitos. O processo educativo precisa ser construído com sensibilidade e compromisso ético, possibilitando que a escola seja um espaço de acolhida e não de exclusão. Como destaca hooks (2013), a sala



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

de aula pode ser um lugar de liberdade, mas isso exige coragem para escutar e disposição para transformar.

Iniciativas de educação popular, movimentos sociais e projetos comunitários têm demonstrado que é possível desenvolver ações efetivas de inclusão, desde que articuladas com as realidades locais e com a participação ativa das mulheres envolvidas. A articulação entre educação formal e não formal, aliada a políticas públicas intersetoriais, tem o potencial de criar redes de apoio que garantam não apenas o acesso à escola, mas a permanência e o sucesso educacional dessas mulheres (Oliveira; Ramos, 2022).

Portanto, a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva passa pelo compromisso em transformar estruturas opressoras, reconhecendo os sujeitos em sua inteireza. Educar mulheres em situação de prostituição é oferecer-lhes o direito à palavra, ao conhecimento e ao sonho, reafirmando sua humanidade e sua dignidade. É criar brechas no sistema para que, entre o corpo e a palavra, surja a possibilidade de um futuro mais justo, plural e democrático.

## Considerações Finais

Educar mulheres em situação de prostituição é, antes de tudo, um ato profundamente político e ético. Vai muito além da mera transmissão de conteúdos escolares: trata-se de reconhecer essas mulheres como sujeitos históricos, portadoras de saberes singulares, marcadas por vivências complexas, que desafiam os padrões normativos de cidadania, moralidade e pertencimento social. Educar, nesse contexto, é romper com a lógica excludente que silencia, invisibiliza e marginaliza corpos e histórias. A educação, compreendida como prática de liberdade, pode tornar-se uma poderosa ferramenta de resistência diante das múltiplas formas de opressão que atravessam a vida dessas mulheres, o estigma social, a violência estrutural, a negligência das políticas públicas e o preconceito institucional. A escola, como espaço formativo e político, precisa assumir o compromisso de dialogar com essas realidades, desestabilizando discursos moralizantes e criando condições para a escuta sensível e o acolhimento afetivo. Valorizar os saberes corporais, as narrativas de vida e os modos de existência dessas mulheres é reconhecer que há potência nos corpos que resistem, nos silêncios que gritam, nas trajetórias que insistem em existir apesar das dores. Ao transitar entre o corpo e a palavra, entre a ferida e a esperança, a educação pode tornar-se um território de reexistência – onde não se busca apenas incluir, mas transformar as estruturas que produzem exclusão. Educar, assim, é convocar práticas pedagógicas que ultrapassem o discurso da inclusão abstrata e se concretizem em ações que



# III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,  
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP  
Colegiado de Pedagogia  
Vitória da Conquista

toquem a realidade, promovam dignidade e reafirmem o direito de todos – inclusive das mais vulneráveis – à aprendizagem, ao reconhecimento e à vida plena.

## Referências

COSTA, L. F.; PEREIRA, M. R. Educação, gênero e exclusão social: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, n. 1, p. 45-62, 2023.

FERREIRA, T. S. et al. Inclusão social e educação popular: experiências com mulheres em situação de prostituição. *Educação & Sociedade*, v. 44, e0246, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1987.

GONÇALVES, A. R.; SILVA, M. C. **Vozes silenciadas: educação e mulheres em situação de prostituição**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 52, n. 180, p. 1-20, 2022.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MARTINS, P.; ALMEIDA, R. Educação inclusiva e corpos marginalizados: perspectivas contemporâneas. **Revista Educação Inclusiva**, v. 10, n. 2, p. 110-127, 2021.

OLIVEIRA, D.; RAMOS, F. Educação popular e protagonismo feminino: experiências e desafios. **Revista Educação e Cidadania**, v. 19, n. 3, p. 88-105, 2022.

SANTOS, L. Políticas públicas e educação inclusiva: análise crítica de práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Políticas Educacionais**, v. 15, n. 1, p. 50-67, 2023.

SOUSA, J. Gênero e exclusão social: um olhar para mulheres em situação de prostituição. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 2, p. 1-19, 2023.